



# Município de Mercedes Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
290	

## PARECER JURÍDICO CONCLUSIVO PREGÃO ELETRÔNICO

**PROCESSO LICITATÓRIO n.º 192/2024.**

**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 79/2024.**

**Interessado:** Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças, do município de Mercedes-PR.

**Assunto:** Parecer conclusivo em procedimento licitatório realizado na modalidade de "Pregão Eletrônico", com o critério de julgamento "Menor Preço por Lote", destinado a "Contratação de empresa para prestação de serviços de contagem, instalação, configuração, com fornecimento de controle de acesso para portas do Paço Municipal de Mercedes".

### I. RELATÓRIO.

Trata-se de um procedimento licitatório em que a Administração Pública Municipal se utilizou da plataforma eletrônica COMPRASGOV – disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, para a realização do seu trâmite.

Ao que nos demonstra os autos desse caderno licitatório, a *Fase Preparatória* deste *Pregão Eletrônico* desenvolveu-se de acordo com o que preconiza a Lei Federal n.º 14.133/2021, com um satisfatório atendimento ao disposto no art. 18, bem como, do artigo 3º do Decreto Municipal n.º 031/2023, conforme já foi reconhecido no *Parecer Jurídico Inicial* (fls.147-163).

A *Fase Externa* do procedimento, iniciada com a convocação dos interessados via publicação de Edital, também atendeu a contento os ditames legais, nesse contexto, eis que houve a estrita observância do art. 54 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do artigo 8º do Decreto Municipal n.º 033/2023.

Destaca-se apenas, que por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes-PR optou por ora, em não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio,



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

PAG.	ASS.
291	<i>[Handwritten Signature]</i>

foram, e deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes-PR, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal n.º 175/2023, que trata das publicações de documentos licitatórios.

Foi devidamente observado o prazo mínimo de *(10) dez dias úteis* entre a última publicação do último aviso da licitação e o início da apresentação de propostas e lances, conforme previsto no art. 55, II, “a”, da Lei Federal n.º 14.133/2021, pois a última publicação ocorreu na data de 26/11/2024 (fl.267), e o início da sessão de abertura e julgamento das propostas, ocorreu somente na data de 12/12/2024, conforme consta no respectivo *Termo de Julgamento* (fls.287).

Ainda comentando a respeito da segunda etapa, após a publicação do Edital, se interessou em participar do certame a seguinte empresa: FLAVIO ZAFALON MENDES, inscrita sob CNPJ nº 37.952.846/0001-31, listada no *Relatório de Declarações* (fls.286), momento em que foi aferido a possibilidade do enquadramento da empresa licitante como *Microempresa* ou *Empresa de Pequeno Porte*, de modo a usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, conforme consta no item 2.5 do edital.

O *Termo de Julgamento* (fls.287-289), foi expedido no momento oportuno pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, responsáveis pela avaliação das propostas de preços e dos documentos de habilitação, também registraram os acontecimentos da sessão pública realizada no dia 12/12/2024, às 08h00min, atestando assim, o hábito cumprimentno dos trâmites legais, assim sendo, as propostas ofertadas foram recebidas exclusivamente por meio do sistema eletrônico (plataforma COMPRASGOV - Portal de Compras do Governo Federal), e assinados por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil, dentro do prazo (data e horário) estabelecidos no edital. Quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação, exigiu-se também que as empresas apresentassem as devidas declarações em campo próprio disponibilizado no próprio sistema eletrônico.

Coube ao Pregoeiro avaliar a conformidade das propostas com as exigências do edital, em seguida, o Pregoeiro realizou a fase de lances através da plataforma eletrônica empregada, passou-se, então, nos termos do art. 8º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 2º, IX, do



# Município de Mercedes Estado do Paraná

PAG.	ASS.
292	

Decreto Municipal n.º 032/2023 à verificação dos documentos de habilitação, sendo constatado que a empresa licitante classificada atendeu aos requisitos exigidos.

O presente *Caderno Licitatório* encontra-se até o momento instruído com os seguintes documentos, para subsidiar a presente análise jurídica consultiva:

- Documento de formalização de demanda (fls. 02-05);
- Certidão de adoção ao modelo DFD (fls.06);
- Memorando 02/2024 (fls.07-08);
- Memorando Resposta (fls. 09-24);
- Estudo Técnico Preliminar (fls. 25-32);
- Certidão de adoção ao modelo de ETP (fls.33)
- Orçamentos e Pesquisa de Preços (fls. 34-45);
- Planilha de preços (fls.46);
- Certidão de Fé Pública (fl.47);
- Termo de Referência (fls.48-66);
- Anexo Único TR (fls.67-82);
- Certidão de adoção de modelo TR (fl.83);
- Certidão de Atividades Materiais Acessórias, Instrumentais ou Complementares (fls.84);
- Minuta de Edital e Contrato com os anexos (fls. 85-132);
- Certidão de adoção de modelo de minuta de edital (fl.133);
- Certidão de Despesa Ordinária (fl. 134);
- Ofício 192/2024 ao Exmo. Senhor Prefeito, Fonte Recursos (fls.135)
- Portaria de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio (fl.136);
- Lista de Verificação da Regularidade Processual (fls. 137-146);
- Parecer Jurídico Inicial (fls. 147-163);
- Parecer nº 192/2024, autorização do Exmo. Sr. Prefeito (fls.164);
- Edital de Publicação (fls. 165-262);
- Relação de Itens (fls. 263);



# Município de Mercedes Estado do Paraná

PAG.	ASS.
293	

- Divulgação de Aviso de Licitação (fls.264);
- Extrato de Edital (fls. 265);
- Publicação Diário Oficial do Município de Mercedes-PR (fls.266);
- Publicação no jornal O PARANÁ (fls. 267);
- Documentos dos licitantes e Propostas de Preços (fls.268-285);
- Relatório de Declarações (fls. 286);
- Termo de Julgamento (fls. 287-289);

Em síntese, este é o relatório do Parecer Jurídico Conclusivo deste *Pregão Eletrônico* que tramita sob nº 79/2024, edital nº 192/2024.

## II. DOS LIMITES DA ANÁLISE JURÍDICA.

De início, é necessário mencionar que não cabe ao parecerista jurídico imiscuir-se nas atividades administrativas de competência do *Pregoeiro* e tampouco da *Equipe de Apoio*, assim, pontos como a avaliação dos preços, valores e os atos inerentes da condução do certame, se não evidenciarem nos autos a prática de erro grosseiro, ou de manifesta má fé, não serão aqui analisados, é necessário informar também que ficam excluídos desta análise consultiva, um detalhamento eminentemente técnico e peculiar a respeito do produto adquirido ou do *objeto* da contratação.

A presente manifestação jurídica nesse processo de aquisição pública, tem como principal objetivo colaborar com o controle prévio de legalidade, conforme preconiza o art. 53 § 4º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, dessa maneira, não há uma determinação legal para impor uma fiscalização posterior de cumprimento das recomendações feitas pela unidade jurídico consultiva,

De igual modo, não compete ao parecerista jurídico fazer análise das atribuições do gestor público, tampouco da manutenção e uso dos seus recursos financeiros, de maneira que as razões de conveniência e oportunidade que deram ensejo a deflagração do presente procedimento licitatório, se não sugerirem a prática evidente de ato ímprobo, ou de manifesta má fé, não serão objeto deste parecer.

Cabe ao profissional do Direito, nas oportunidades em que fala nos autos, avaliar a



# Município de Mercedes Estado do Paraná

PAG.	ASS.
294	

adequação da “*modalidade de licitação*” escolhida e aplicada, bem como o seu “*critério de julgamento*”; conforme direciona a legislação, também de dar um suporte teórico ao agente de contratação, e para a comissão de licitação, caso haja necessidade; zelar pela observância dos princípios administrativos; e garantir a melhor adequação jurídico-formal do procedimento, dentre outros aspectos correlatos.

### III. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA.

Como já mencionado anteriormente, a licitação em análise foi realizada na modalidade “*Pregão Eletrônico*”, pelo critério de julgamento “*Menor Preço*”, sendo utilizada a plataforma disponibilizada COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal, para o seu trâmite.

A *Fase Preparatória* deste pregão ocorreu de acordo com o que preconiza a legislação pertinente, com um satisfatório atendimento ao *Princípios Jurídicos* do art. 37 caput da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, atendeu também de maneira satisfatória aos princípios do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, do art. 3º do Decreto Municipal n.º 031/2023, conforme já mencionado no *Parecer Jurídico Inicial* acostado neste procedimento licitatório (fls. 147-163).

A *Fase Externa* deste procedimento, iniciada com a publicação de edital e a convocação dos interessados, também atenderam aos ditames legais, pois houve a observância do art. 54 e seus parágrafos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do art. 8º do Decreto Municipal n.º 033/2023, que demonstra zelo e respeito pela publicidade e pela transparência dos atos administrativos aqui em análise.

O prazo mínimo de (10) *dez dias úteis* exigidos entre a última publicação do edital e a apresentação de propostas e lances, previsto no art. 55, II, “a”, da Lei Federal n.º 14.133/2021, foi devidamente observado pela Administração Pública Municipal, eis que a última publicação do aviso de licitação se deu na data de 26/11/2024 (fls.267), e o início da sessão de abertura e julgamento das propostas ocorreu somente no dia 12/12/2024 (fls.287), o que demonstra o cumprimento do prazo legal exigido.

Ainda na segunda etapa do procedimento, após a publicação do edital, e de forma



# Município de Mercedes Estado do Paraná

unicamente eletrônica, através do sistema (plataforma COMPRAS.GOV.BR - Portal de Compras do Governo Federal), credenciaram-se para participar do certame a empresa listada no *Relatório de Declarações* (fls.286), neste momento oportuno foi verificado a possibilidade do enquadramento da licitante como *Microempresa* ou *Empresa De Pequeno Porte*, de modo a usufruir dos benefícios que a Lei Complementar n.º 123/2006 disponibiliza, conforme tratado no item 2.5 do edital.

O *Termo de Julgamento* juntamente com o seu respectivo relatório (fls.287-289), foi expedido pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, responsáveis pela avaliação das propostas de preços e dos documentos necessários para a fase de Habilitação, assim, registraram os acontecimentos da sessão pública realizada no dia 12/12/2024, onde a proposta e os documentos de habilitação foram recebidos exclusivamente por meio virtual, através do sistema eletrônico (plataforma COMPRASGOV - Portal de Compras do Governo Federal), e assinados por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP – Brasil, e dentro do prazo (data e horário) estabelecido no edital, atestando novamente o hígido cumprimento dos trâmites legais.

Exigiu-se também que as empresas licitantes apresentassem as devidas declarações em campo próprio disponibilizado dentro do sistema eletrônico, e quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação, coube ao Pregoeiro avaliar e selecionar a conformidade das propostas, conforme as exigências do edital, para assim conseguir aferir a melhor proposta que satisfaça o interesse público municipal, na sequência, o *Objeto* licitado foi adjudicado à empresa vencedora, conforme consta no *Termo de Julgamento* (fls.287-289):

## ITEM 01

- \* Objeto: Instalação /Manutenção – Equipamento Controle Acesso Pessoal.
- \* Quantidade: 01 (um)
- \* Melhor Lance: R\$ 5.658,33 (cinco mil, seiscientos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos.
- \* Aceito e Habilitado para: FLAVIO ZAFALON MENDES, inscrita sob CNPJ n° 37.952.846/0001-31.



# Município de Mercedes Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
296	

## ITEM 02

- \* Objeto: Instalação /Manutenção – Equipamento Controle Acesso Pessoal.
- \* Quantidade: 01 (um)
- \* Melhor Lance: R\$ 2.430,00 (dois mil e quatrocentos e trinta reais).
- \* Aceito e Habilitado para: FLAVIO ZAFALON MENDES, inscrita sob CNPJ nº 37.952.846/0001-31.

## ITEM 03

- \* Objeto: Instalação /Manutenção.– Equipamento Controle Acesso Pessoal.
- \* Quantidade: 01 (um)
- \* Melhor Lance: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).
- \* Aceito e Habilitado para: FLAVIO ZAFALON MENDES, inscrita sob CNPJ nº 37.952.846/0001-31.

Conforme demonstrado no respectivo *Termo de julgamento* (fls.287-289), o valor obtido no certame licitatório NÃO extrapolou o limite máximo do valor estimado e estabelecido no edital, assim, concluídas as fases da licitação, os autos foram juntados e remetidos a este Procurador Jurídico para emissão de um *Parecer Jurídico Conclusivo*.

Percebe-se então, que após a análise desses autos, a modalidade de licitação escolhida, “*Pregão Eletrônico*” bem como as regras atinentes a fase preparatória e às exigências de conteúdo do edital estão de acordo com a legislação vigente, conforme já consta no *Parecer Jurídico Inicial* (fls.147-163), elaborado com fundamentação legal no art. 53, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

No mais, o atual *Procedimento Licitatório* em exame, demonstra que atendeu aos postulados dos princípios jurídicos que regem as compras públicas, pois foi demonstrado através dos autos que o *Princípio da Publicidade* foi devidamente observado, na medida em que o instrumento convocatório foi amplamente divulgado por meio eletrônico, oferecendo a todos os interessados a oportunidade de participação no certame.



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná



De igual modo, foi observado o *Princípio da Legalidade* no que diz respeito ao cumprimento das exigências legais, na medida em que o processo licitatório caminhou com estrita observância aos limites impostos pela norma vigente, em especial a Lei 14.133/2021.

No mesmo sentido, constata-se a efetiva atenção ao *Princípio da Impessoalidade* e o *Princípio da Igualdade*, uma vez que não foi identificado nos autos, indícios de direcionamento ou de afastamento do interesse público, sendo utilizado a ferramenta virtual disponibilizada pelo governo federal para o desenvolver de todo o seu trâmite, e ao que nos demonstra os autos, foi adotado unicamente o critério de cunho *objetivo* pelos agentes públicos para chegar ao licitante vencedor.

Ao mesmo tempo, vê-se que o *Princípio da Moralidade* e o *Princípio da Probidade Administrativa* também foram satisfeitos, uma vez que foi utilizado a maior transparência possível no decurso de todos os atos do certame, e as razões reais de sua realização condizem com a normalidade de uma contratação pública, preservando assim a moral e os bons costumes e refletindo a postura proba da Administração Pública Municipal, bem como de seus colaboradores e gestores que participaram do certame.

Assim, diante de toda a documentação aqui exposta, é possível concluir que foram observados neste caderno licitatório o *Princípio do Julgamento Objetivo*, quando da valiação das melhores propostas, o *Princípio da Vinculação* entre a contratação pública e a satisfação da sua necessidade, e o *Princípio da Segregação de Funções*, uma vez que todo o trâmite dos atos administrativos foram realizados de acordo com as estipulações de cada agente público e das suas respectivas exigências pre definidas na Lei e no Edital.

Conforme já foi adiantado no relatório deste *Parecer Conclusivo*, o desenvolvimento do processo licitatório, em sua etapa externa, deu-se em conformidade com as normas de regência, assim, outras regras aplicadas neste certame e relacionadas à etapa externa também encontram-se tipificadas nos *Decretos Municipais Regulamentadores da Lei n.º 14.133/2021*, sendo que a análise do processo aponta também o cumprimento dos demais preceitos da legislação aplicável ao caso concreto, sendo verificado que:

- a) A convocação dos interessados foi realizada pelos meios regulares, havendo a publicação do aviso de licitação no Diário Oficial Eletrônico do



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Município de Mercedes-PR, edição n.º 3940, de 25/11/2024 (fls.266); e no jornal O Paraná, edição n.º 14.486 do dia 26/11/2024 (fls.267)

- b) Foi respeitado o prazo mínimo de (10) dez dias úteis entre a última publicação do edital e a realização da sessão de recebimento das propostas, eis que, no caso, a sessão ocorreu somente em 12/12/2024, cumprindo, portanto, o prazo da alínea “a” do inciso II do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133/2021 pois o prazo se deu em razão da utilização do critério de julgamento de *Menor Preço* em aquisição de *Bens e serviços Comuns*;
- c) Por força do Decreto Municipal n.º 175/2023, o Município de Mercedes-PR optou por ora em não adotar o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio foram, e deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes-PR, admitida a divulgação na forma de *Extrato*, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal n.º 175/2023.

Em relação aos documentos apresentados pela empresa, anoto que sua análise compete ao Pregoeiro, nos termos do art. 8º da Lei n.º 14.133/2021 e do art. 2º, IX, do Decreto Municipal n.º 032/2023. Importante consignar também que a ausência de recursos interpostos em face das deliberações do Pregoeiro dentro do prazo legal, faz operar em face dos licitantes, o fenômeno da *Preclusão* do prazo recursal.

Por último, recomenda-se que previamente à celebração do contrato, seja verificado se existem outros registros de sanções aplicadas à empresa vencedora, por meio de consultas em sites especializados, especialmente no TCE-PR (Mural de Impedido de Licitar - Instrução Normativa n.º 156/2020, do TCE-PR), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Art. 91, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2023), tendo em vista que a existência de penalidades poderá ensejar o impedimento da contratação.

Celebrado o *Instrumento de Contrato*, deverá ser observado o prazo para *Publicação* do mesmo, que atualmente é de (20) vinte dias úteis contados da data de sua assinatura, nos



# Município de Mercedes Estado do Paraná

PÁG.	ASS.
299	

termos do art. 94, I, da Lei n.º 14.133, de 2021, consignando-se que tal providência é condição indispensável para a eficácia da contratação pública.

#### IV. CONCLUSÃO.

Diante de toda a documentação aqui exposta, não foi identificado nos autos deste caderno licitatório, evidências de ocorrência de erros grosseiros, nem de atos ímprobos e tampouco de má fé dos agentes públicos atuantes no certame, tendo o processo licitatório corrido de maneira hígida, não sendo identificados indícios de irregularidades na fase de preparação tampouco na tramitação da fase externa, assim não vislumbro óbice jurídico à homologação do resultado do certame para oportuna contratação.

Feitas tais ponderações, entendo que o procedimento está APTO para ser homologado, emitindo-se na sequência, o instrumento de contrato, a fim de possibilitar a aquisição do objeto no momento oportuno.

É o parecer, passível de ser deliberado ou censurado por outro entendimento que, devidamente fundamentado, comprove melhor resguardo aos interesses do Município de Mercedes - PR.

Mercedes – PR, 13 de dezembro de 2024

**RODRIGO ADOLFO PERUZZO**

Assinado de forma digital por RODRIGO ADOLFO  
PERUZZO  
Dados: 2024.12.13 14:43:25 -03'00'

Rodrigo Adolfo Peruzzo  
**PROCURADOR JURÍDICO**  
OAB/PR 126260



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2024

O Prefeito do Município de Mercedes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Procedimento Licitatório nº 192/2024, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, nº 79/2024, que tem por objeto a *contratação, baseada na Lei Complementar Municipal n.º 073, de 04 de junho de 2024, e no Decreto Municipal n.º 093, de 10 de junho de 2024 (política pública denominada "Compra Mercedes"), de empresa para prestação de serviços de montagem, instalação, configuração e fornecimento de controle de acesso para portas do Paço Municipal de Mercedes*, ADJUDICA e HOMOLOGA o resultado constante do Termo de Julgamento, conforme disposições a seguir:

LOTE	VENCEDOR/SITUAÇÃO	R\$ TOTAL
01	37.952.846 Flávio Zafalon Mendes, CNPJ nº 37.952.846/0001-31	8.088,33
02	37.952.846 Flávio Zafalon Mendes, CNPJ nº 37.952.846/0001-31	11.700,00

PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 2024.

LAERTON

WEBER:04530421988

Assinado de forma digital por  
LAERTON WEBER:04530421988  
Dados: 2024.12.13 15:37:42 -03'00'

**Laerton Weber**  
PREFEITO

- PUBLICADO -

DATA: 13 / 12 / 24

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)

EDIÇÃO: 3960



# DIÁRIO OFICIAL

De acordo com o Artigo 76 da Lei Orgânica Municipal

## MUNICÍPIO DE MERCEDES

PÁG.	ASS.
311	

13 de dezembro de 2024

ANO: XII

EDIÇÃO Nº: 3960

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MERCEDES/PR A RECEBER EM DOAÇÃO O LOTE RURAL N.º K-02/B/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – ESTADO DO PARANÁ, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:**

#### L E I

Art. 1º Fica o Município de Mercedes/PR autorizado a receber em doação o Lote Rural n.º K-02/B/A, da Gleba “K”, do 38º Perímetro, da Fazenda Britânia, com a área de 8.760m<sup>2</sup> (oito mil, setecentos e sessenta metros quadrados), matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon – PR sob o n.º 17.564, de propriedade de ASSOCIACAO RECREATIVA SOCIAL E CULTURAL XV DE NOVEMBRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 81.587.313/0001-90.

Parágrafo único. O bem imóvel recebido em doação será incorporado ao patrimônio do Município para todos os efeitos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 2024.

**Laerton Weber**  
PREFEITO

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 79/2024

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 79/2024

O Prefeito do Município de Mercedes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Procedimento Licitatório nº 192/2024, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, nº 79/2024, que tem por objeto a contratação, baseada na Lei Complementar Municipal n.º 073, de 04 de junho de 2024, e no Decreto Municipal n.º 093, de 10 de junho de 2024 (política pública denominada “Compra Mercedes”), de empresa para prestação de serviços de montagem, instalação, configuração e fornecimento de controle de acesso para portas do Paço Municipal de Mercedes, ADJUDICA e HOMOLOGA o resultado constante do Termo de Julgamento, conforme disposições a seguir:

LOTE	VENCEDOR/SITUAÇÃO	R\$ TOTAL
01	37.952.846 Flávio Zafalon Mendes, CNPJ nº 37.952.846/0001-31	8.088,33
02	37.952.846 Flávio Zafalon Mendes, CNPJ nº 37.952.846/0001-31	11.700,00

PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Município de Mercedes, Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 2024.

**Laerton Weber**  
PREFEITO

#### EXTRATO DE CONTRATO DECORRENTE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 58/2024



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo.

O Município de Mercedes dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site:

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)